

ANTILUSITANISMO E IDENTIDADES POLÍTICAS EM MINAS DO RIO DE CONTAS – 1822-1823

Moisés Amado Frutuoso¹

Resumo:

Este trabalho pretende discutir como os segmentos da população da Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas se mobilizaram num sentido de diferenciação e relativa autoidentificação, numa disputa política permeada pelo antilusitanismo durante o processo de Independência da Bahia. O conflito em curso no Recôncavo sob o comando do Conselho Interino de Cachoeira, com o objetivo de retomar a capital da província sitiada pelas tropas portuguesas, potencializou as tensões sociais existentes em algumas regiões da província. No caso de Minas do Rio de Contas, expressou-se através de sentimentos antilusos e na elaboração de novas identidades políticas em sua esfera social.

Palavras-chave: Antilusitanismo; Identidades Políticas; Rio de Contas.

A complexidade do processo de Independência do Brasil, marcado pela multiplicidade de tendências, projetos e interesses, é um aspecto de que deve ser levado em consideração em qualquer estudo que se atenha sobre este período. Na esteira de um debate mais amplo sobre a formação do Estado e da nação, os estudos sobre o surgimento de sentimentos antilusitanos e a construção das identidades coletivas constituíram-se como elementos para a compreensão das dinâmicas políticas deste período de transição.

Nosso entendimento de “identidade política” diz respeito às formas de identificação coletiva construídas no decorrer do processo de independência. No caso específico desta análise, na ressignificação da identidade lusitana que originou, assim, as identidades políticas brasileira e portuguesa. Os embates decorrentes desta ressignificação tiveram como premissa, em diversas províncias da América portuguesa, a manutenção ou mudança da tessitura social colonial. É importante ressaltar que, pelo menos, no primeiro momento de formação do Estado brasileiro, tais identidades não correspondiam necessariamente ao local de nascimento dos indivíduos envolvidos, referindo-se mais às suas ações e aos seus posicionamentos políticos. O “fazer-se” destas identidades coletivas estava intrinsecamente ligado à desagregação do Império Ultramarino português.

O processo de ruptura política do Brasil, iniciado a partir de 1808 com a chegada da Família Real e sua Corte, trouxe um novo contexto político para a América portuguesa. O deslocamento do centro de poder do Império português de Lisboa para o Rio de Janeiro, a

eliminação dos entraves econômicos com o fim do exclusivo comercial e a transformação de estatuto político que demarcava o antigo domínio colonial para a condição de Reino Unido à Portugal e Algarves foram algumas das mudanças observadas. A transferência do Estado português para o território americano propiciou uma nova configuração política que favoreceu as elites regionais e locais da qual estas não estavam interessadas em se desvincular.

A transmigração da Corte gerou insatisfações em vários setores sociais em Portugal. Em 24 de agosto de 1820, eclodiu, na cidade do Porto, um movimento de cunho liberal e constitucional, que questionou a legitimidade do sistema absolutista do rei Dom João VI ao submetê-lo às Cortes convocadas para a elaboração de novas leis que deveriam reger o Império português. Várias Juntas de Governo que apoiavam Lisboa foram instituídas, inclusive na Bahia. Esta Junta Provisória, estabelecida em Salvador em 10 de fevereiro de 1821, reconheceu o movimento constitucional-liberal vintista e enviou três deputados para as Cortes: Cipriano José Barata de Almeida, Francisco Agostinho Gomes e José Lino Coutinho.²

O recrudescimento das ações das Cortes em Lisboa e os impasses criados com o Príncipe Regente Pedro de Alcântara deflagraram conflitos em várias regiões, entre elas, a Bahia. Os eventos ocorridos em fevereiro de 1822 em decorrência da posse de Inácio Luís Madeira de Mello como governador das Armas haviam insuflado os ânimos da população na capital e o controle de Salvador pelo brigadeiro Madeira de Mello deu início a uma série de batalhas entre o exército português e as forças lideradas pelas juntas governativas das vilas do Recôncavo que pretendiam retomar a capital, objetivo este concluído em 2 de julho de 1823.³ No desenrolar destes acontecimentos novas identidades políticas foram forjadas. “Ser brasileiro” e “ser português” ganharam novos significados.

A participação da Bahia no processo de independência política do Brasil não se restringiu apenas à Salvador e ao Recôncavo. Vilas e freguesias do interior da província contribuíram com homens, auxílio financeiro, armas, munições e víveres para as áreas em guerra.⁴ A Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, localizada no Alto Sertão da Bahia,⁵ foi uma dessas localidades. O conflito potencializou as tensões sociais existentes na região e expressou-se na elaboração de novas identidades políticas no âmbito de sua tessitura social.

O Conselho Interino de Cachoeira comandou as ações para retomada de Salvador frente às tropas portuguesas, em articulação com o governo do Rio de Janeiro. Isso não

impediu que outras vilas do interior formassem, separadamente, suas próprias Juntas Governativas e aclamassem o Príncipe Regente como Defensor Perpétuo e Constitucional do Brasil. Foi o que aconteceu em Minas do Rio de Contas quando, em 14 de agosto de 1822, instalou-se uma Junta Temporária de Governo, sob presidência do português Joaquim Pereira de Castro, grande proprietário de terras da região. Integraram como secretários desta Junta indivíduos oriundos da região: o bacharel Joaquim José Ribeiro de Magalhães e o sargento-mor das ordenanças Antônio Rocha de Bastos. Também participaram da Junta como vogais o capitão José Valentim de Souza e o português Antônio de Souza de Oliveira Guimarães.⁶

O tenente-coronel Joaquim Pereira de Castro, português da cidade de Braga, chegou à Bahia em 1765. Após ganhar a confiança do Conde da Ponte, João Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito, recebeu procuração com plenos poderes para administrar e vender as terras dos vales do Brumado e Paramirim, territórios estes que faziam parte de sua extensa sesmaria. Ocupou cargos de prestígio na estrutura colonial, sendo alçado à Comandante das Milícias de Rio de Contas em 1808.⁷ A explicação para alguém, com relações tão entranhadas com as estruturas do Antigo Regime, ter exercido um papel de destaque neste novo contexto está vinculada aos interesses particulares e à forma de inserção na vida pública que se estabeleceu a partir da ruptura política com Portugal. Dessa forma,

Todos os proprietários, todos os fazendeiros e senhores de engenho, estivessem eles na América portuguesa havia muitas gerações ou alguns anos somente, tinham de brasilianizar-se. Detentores da ordem privada escravista, exercendo domínio direto sobre os escravos e os homens livres que viviam em suas terras, eles precisavam assumir plenamente os direitos políticos outorgados pelo Império, a fim de garantir sua própria inserção nas novas instituições nacionais.⁸

Acreditamos que tais manobras foram percebidas por aqueles nascidos na América portuguesa que se sentiam à margem das esferas de poder. O conflito em curso na capital tornar-se-ia uma possibilidade para um novo reordenamento estatal e social através de uma disputa política, apesar das indefinições daquele momento.

Em 7 de novembro de 1822, um grupo heterogêneo do qual faziam parte o padre Antônio Firmino Severino da Silva, seu irmão José Antônio Severino da Silva, o ajudante da cavalaria Antônio Firmo Vieira Célio, Manoel Rodrigues, Simão Gonçalves, José Joaquim da Hora e outros, decidiram seguir para a vila de Cachoeira.

A ideia da viagem foi um desdobramento do assassinato do brasileiro José Honório de Moura e Albuquerque, ocorrido no início desse mesmo mês. O agrupamento pretendia

apresentar suas reclamações diante do Conselho Interino, pois a vila estava ocupada por uma guarda militar comandada por portugueses.⁹ No contexto de desagregação do Império luso-brasileiro, tais indivíduos atuavam não apenas contra os representantes do poder local, mas também propagavam sentimentos antilusitanos na vila das Minas do Rio de Contas e nos arraiais que compunham o seu termo.

A formação da identidade política brasileira, por parte desses indivíduos, ocorreu num sentido de *diferenciação* e, apesar de sua heterogeneidade social, de uma *relativa auto-identificação*.¹⁰ Dessa forma, um processo de *oposição* estava sendo estabelecido. Insultos aos portugueses e aos seus aliados/simpatizantes tornaram-se uma prática. Componentes do “partido brasileiro”, entre outras denúncias, eram acusados de

insultar ao ajudante Felipe José Brandão com palavras injuriosas, e igualmente a Bernardo Teixeira e Antonio Luis de Carvalho, o primeiro e o terceiro por serem europeus, e o segundo talvez por não querer seguir o seu partido [...].¹¹

O tenente-coronel Joaquim Pereira de Castro procurou Manoel Severino da Silva, pai do padre Antônio Firmino e José Antônio, e solicitou que este dissuadisse a comitiva da ideia da viagem. Apenas José Antônio e mais alguns desistiram. Depoimentos indicaram que o grupo alardeou, durante o trajeto da viagem, a pretensão de “obter ordem do Excelentíssimo Governo [Provisório]” para “arrasar esta vila e seus habitantes”. Não se tem notícia das atividades realizadas em Cachoeira, apenas o registro de que, em 27 de dezembro de 1822, já estavam de volta aos arredores de Minas do Rio de Contas.¹²

Segundo relatos, no arraial de Furnas (atual cidade de Arapiranga), o grupo adentrou dando tiros com gritos de “morrão os marotos”. O padre Antonio Firmino declarou ter recebido ordens de Cachoeira “para matar a todos os europeus e aqueles que fossem da sua amizade” e foi além em suas afirmações, pois assegurou que em “Cachoeira mais estimavam a um negro do que um europeu.”¹³ De volta à vila, ao percorrer a cavalo com armas em punho suas cercanias, o padre ainda asseverou “isto é *mundo novo*, eu trago os olhos abertos, apareçam marotos!” (grifo nosso).¹⁴

Em 11 de janeiro de 1823, foi instaurada uma devassa pelo capitão e juiz de fora José da Rocha Bastos para apurar rumores que assustaram os moradores das Minas do Rio de Contas. O boato referia-se aos supostos grupos armados que cercaram a vila com objetivo de causar “um grande destroço de mortandade de europeus, e brasileiros, assim como um geral saque nos povos”.¹⁵

Parte da população retirou-se da vila diante da possibilidade de invasão. Entre 11

e 13 de janeiro de 1823, foram presos Antonio Firmo Vieira Célio, seu sobrinho Manoel Rodrigues, José Joaquim Barbosa e Manoel Severino da Silva e seu filho José Antônio Severino da Silva. As prisões foram realizadas com bases em outras acusações, não relacionadas diretamente aos boatos.¹⁶ Em seguida, foram iniciadas as investigações e ouvidos os primeiros depoimentos.

A irregularidade das prisões realizadas por José da Rocha Bastos foi um aspecto abordado pelo tenente-coronel Manoel Joaquim Pereira de Castro, filho do também tenente-coronel Joaquim Pereira de Castro. Numa petição datada de 25 de fevereiro de 1823, o mesmo declarou que foram ouvidos os primeiros depoentes da devassa somente em 14 de janeiro, três dias após o encarceramento dos primeiros acusados.

Pereira de Castro (o filho) requereu a custódia dos presos com intuito de acompanhá-los à presença do Conselho Interino em Cachoeira. O tenente-coronel alegou que a prisão daqueles indivíduos ocorreu por “serem os referidos patriotas amantes da nossa santa causa do Brasil e terem tomado a justa aversão contra todos os infames europeus madeiristas que tanto tem contaminado esta terra com as suas falsas, terríveis e abomináveis provações [...]”¹⁷

O Conselho Interino de Cachoeira enviou, em meados de fevereiro de 1823, um destacamento militar para Minas do Rio de Contas sob comando do capitão-mor Germano José da Silva Pinto. Acompanhou esta expedição o juiz de fora José Emídio dos Santos Tourinho, que recebeu como incumbência do Conselho:

[...] devassar sobre aqueles que se tem oposto a causa da regeneração e Independência brasileira, e bem assim sobre aqueles [...] verdadeiros amotinadores públicos [que tem] perturbado aquele povo pacífico e patriótico, conhecendo ao mesmo tempo os presos políticos que se acham nas cadeias [...], soltando os que forem julgados inocentes caso estejam presos e remetendo os culpados para as cadeias desta capital.¹⁸

No início de março de 1823, Santos Tourinho convocou oito novos depoentes que, em suas declarações, inocentaram os presos. Alguns deles afirmaram que o encarceramento foi motivado por vingança em retaliação à representação que o grupo ao qual os presos pertenciam fizeram junto ao Conselho Interino em viagem realizada à vila de Cachoeira. Um dos depoentes, o escrivão da Câmara Hipólito José Pereira de Lemos, assegurou que pelo fato de conhecer os presos, sabia que eram “homens probos” e “por serem pacíficos [...] não fizeram a mínima resistência” no momento de suas prisões.¹⁹ Mesmo que estes indivíduos não fossem de natureza tão tranquila, tais afirmações corroboravam para uma reviravolta nas investigações da devassa.

Os autos da devassa foram concluídos em 14 de março de 1823. O juiz comissário Santos Tourinho sentenciou que “não se podendo dizer legítimos os indícios [...] e por outras nulidades [...] julgo a mesma devassa nula, [...] e de nenhum efeito”. Além disso, determinou que deveriam ser postos em liberdade todos os presos e que seus nomes seriam riscados “do rol dos culpados para que em tempo algum possa ocorrer a maior dúvida sobre a reputação dos mesmos”.²⁰ Por outro lado, por conta das irregularidades cometidas, o capitão e juiz de fora José da Rocha Bastos passou de acusador para réu, apontado como cúmplice dos portugueses.

O processo de *oposição* que colocou em lados contrários os atores políticos em Minas do Rio de Contas marcou a construção das identidades políticas nesta localidade do Alto Sertão da Bahia à época das lutas pela independência da Bahia. “Ser brasileiro” e “ser português” tinham conotações diferenciadas nesse contexto. Novas configurações políticas seriam forjadas em Minas do Rio de Contas nos anos subsequentes, a partir de novas alianças e com novos agentes sociais envolvidos. No entanto, o antilusitanismo ainda seria a tônica na (re) elaboração destas identidades coletivas.

¹ Moisés Amado Frutuoso, bacharelado em História pela UFBA. moises.frutuoso@yahoo.com.br

² Sobre a atuação dos deputados brasileiros e baianos nas Cortes, ver: BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.

³ Para discussões acerca do processo de Independência da Bahia, ver TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005. ARAUJO, Ubiratan Castro de. *A Guerra da Bahia*. Salvador: Ceao, 2001. WISIAK, Thomas. “Itinerário da Bahia na Independência do Brasil (1821-1823)”. In: JANCSÓ, István (org). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

⁴ SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. *A Guerra da Independência da Bahia: Manifestações políticas e violência na formação do Estado nacional (Rio de Contas e Caetité)*. Salvador: UFBA, 2003. (Dissertação de Mestrado).

⁵ Erivaldo Fagundes Neves utiliza o termo *Alto Sertão da Bahia*, referindo-se à “distância do litoral, talvez com os reforços da posição relativa ao curso do rio São Francisco e do relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes do Nordeste do Brasil”. A escolha da expressão, além do sentido geográfico, também carrega uma historicidade na consciência e no pertencimento da população da região, sendo utilizada até como epígrafe do jornal *A Penna*, que circulou, com algumas interrupções, entre as décadas de 1880 e 1930. Ver: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história local e regional)*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008, p. 26-28. Alguns autores denominam a região como *Sertão de Cima*, termo que também faz referência às altas altitudes da região. Ver: MORAES, Walfrido. *Jagunços e heróis: a Civilização do Diamante nas lavras da Bahia*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984, p. 30.

⁶ APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Governo Provisório – Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo, maço 628-2, correspondência de 18 de outubro de 1822.

⁷ TANAJURA, Mozart. História de Livramento – A terra e o homem. Salvador, Secretária de Cultura e Turismo, 2003, p. 67-70 e MARINHO, Raimundo; LESSA, Eduardo. *Livramento é de Nossa Senhora*. Livramento: Diocese de Livramento, 1995, p. 23-26.

⁸ ALENCASTRO, Luis Felipe de. RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 2. p. 308.

⁹ AMRC. Seção Judiciária. Autos da Devassa (Processo Mata-Maroto e outros). Caixa 7, maço 01, 1823. Nesta e nas demais citações, optamos por atualizar a grafia e a concordância dos vocábulos.

¹⁰ Ao abordar as formas de identidade política na América espanhola, Chiaramonte estabelece que os processos de *diferenciação* e *autoidentificação* compõem o fenômeno de formação da *identidade política*, algo diferente do fenômeno de formação da *identidade nacional*. Ver: CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, províncias, Estados: Origens da nação Argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 61.

¹¹ AMRC. Seção Judiciária. Autos da Devassa (Processo Mata-Maroto e outros). Caixa 7, maço 01, 1823.

¹² Id.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid.